

INSEGURANÇA ALIMENTAR EM DOMICÍLIOS URBANOS E RURAIS NO BRASIL

FOOD INSECURITY IN URBAN AND RURAL HOUSEHOLDS IN BRAZIL

Autora: Marina Silva da Cunha

Filiação: Universidade Estadual de Maringá

E-mail: mscunha@uem.br

Grupo de Trabalho (GT): GT10 Abastecimento, segurança alimentar e nutricional e dinâmicas de consumo

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar a insegurança alimentar no Brasil em domicílios rurais e urbanos, considerando as diferenças entre homens e mulheres como pessoas de referência do domicílio. São utilizadas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE para o ano de 2023 e estimações de regressões *logit*. As evidências apontam que apesar da insegurança alimentar ser relativamente maior no meio rural, quando são incluídos os demais controles na regressão as chances de insegurança alimentar ficam menores nesta localidade. As chances de insegurança alimentar são maiores quando as mulheres são as pessoas de referência do domicílio, embora este efeito seja menor em áreas urbanas, onde elas têm maiores oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Verificou-se também que, nos domicílios chefiados por mulheres, há maior presença de crianças, jovens e pessoas com 65 anos ou mais. A composição dos domicílios, notadamente a razão de dependência, impactou mais as chances de insegurança alimentar nos domicílios quando as mulheres estavam na posição de pessoa de referência. Estes resultados sugerem ampliar as políticas públicas buscando promover uma melhor inserção produtiva para as mulheres, sobretudo, no meio rural.

Palavras-chave: fome, pobreza, segurança alimentar, desigualdade de gênero.

Abstract

This study aims to analyze food insecurity in Brazil, in rural and urban households, also considering the differences between men and women as household reference persons. Information from the IBGE's continuous national household sample survey for the year 2023 and logit regression estimates are used. The evidence indicates that although food insecurity is relatively higher in rural areas, when other controls are included in the regression the chances of food insecurity are lower in this location. The chances of food insecurity are higher when women are the household reference persons, although this effect is smaller in urban areas, where they have greater opportunities to enter the labor market. It was also found that in households headed by women there is a greater presence of children, young people and people aged 65 or over. The composition of households, notably the dependency ratio, had a greater impact on the chances of food insecurity in households when women were in the position of reference person. These results suggest the expansion of public policies seeking to promote a better productive insertion of women, especially in rural areas.

Key words: hunger, poverty, food security, gender inequality.

1. Introdução

A insegurança alimentar, especialmente em seu estado mais grave, que é a situação de fome, constitui-se uma preocupação mundial. Em 2023, uma em cada dez pessoas no mundo estava em situação de fome, o que representa de 713 até 757 milhões de pessoas. Já 28,9% da

população global, ou 2,33 bilhões de pessoas, estavam em situação de insegurança moderada ou grave (FAO et al., 2024). No Brasil, em 2023, 27,6% dos domicílios estavam com algum grau de insegurança alimentar, o que correspondia a 21 milhões de domicílios, sendo cerca de 7 milhões em situação moderada ou grave (IBGE, 2024).

A Constituição Federal de 1988 incluiu, entre os direitos sociais, o papel do Estado na elaboração de políticas públicas, buscando atender às necessidades básicas para a sobrevivência dos indivíduos, como o direito à alimentação e à saúde. Porém, o direito à alimentação foi incluído de forma mais explícita na Constituição Federal apenas em 2010, por meio da Emenda nº 64/2010. Esta conquista foi liderada pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), criado em 2003 (Almeida; Frozi, 2023). Assim, a segurança alimentar é um direito humano básico, que representa o acesso permanente a uma alimentação em quantidade e qualidade adequadas por meio socialmente aceitável (Segall-Corrêa, et al; 2008; Pérez-Escamilla; Segall-Corrêa, 2008).

O fenômeno da insegurança alimentar é complexo e está relacionado à vulnerabilidade socioeconômica dos domicílios, especialmente com a situação de pobreza, ou seja, a ausência de renda suficiente para adquirir os bens e serviços para suprir as necessidades de alimentação no domicílio. No Brasil, a insegurança alimentar está relacionada não apenas à produção e à distribuição dos alimentos, mas também à pobreza de parcela da população (Hoffmann, 1995). Assim, a insegurança alimentar se deve mais a forma desigual com que são distribuídos os recursos em uma sociedade do que com a sua escassez (Jesus et al., 2024).

Há também evidências em outros países de que a redução da pobreza ao aumentar os gastos com alimentação proporciona maior segurança alimentar (Piñeros; Clavijo, 2013; Mahadevan; Hoang, 2015; Cao et. al, 2024). Nesse sentido, há evidência de que políticas de transferências de renda têm efeito positivo para a segurança alimentar (Segall-Corrêa et al., 2008).

A literatura tem apontado que a insegurança alimentar é relativamente maior em áreas rurais. Porém, quando são incluídos outros fatores associados à insegurança alimentar, as chances de insegurança alimentar são maiores no meio urbano (Hoffmann; Kageyama, 2007; Hoffmann, 2008, Hoffmann, 2013; Silva et al., 2019, Braga; Costa, 2022). A posse da terra no meio rural tem contribuído para a segurança alimentar por meio da produção de alimentos para o autoconsumo (Silva et al., 2019; Trivellato et al., 2019). Além da produção para o autoconsumo no meio rural que são subestimadas nas estimativas, há também o maior custo de vida em áreas urbanas (Hoffmann, 1995).

Os domicílios chefiados por mulheres têm sofrido mais com a incidência de insegurança alimentar. Este fato é agravado pela jornada dupla de trabalho das mulheres (Braga; Costa, 2022) e pela presença de crianças em idade pré-escolar nos domicílios (Tavares; Lima, 2021). Desse modo, a divisão sexual do trabalho tem alocado as mulheres mais em atividades domiciliares não remuneradas do que no mercado de trabalho; já em relação aos homens, ocorre o contrário, o que representa uma disparidade de gênero.

A literatura tem ainda abordado outros condicionantes para a situação de insegurança alimentar, como as características pessoais dos responsáveis pelos domicílios, sua inserção no mercado de trabalho e as características regionais de localização no domicílio (Hoffmann; Kageyama, 2008, Hoffmann, 2008, Hoffmann, 2013; Silva et al., 2019). Portanto, as características sociodemográficas dos domicílios têm efeitos assimétricos na situação de insegurança alimentar (Mattos et al., 2020).

Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo principal analisar os fatores associados à insegurança alimentar nos domicílios do Brasil e nas áreas rural e urbana. Destaca-se ainda as desigualdades de gênero na posição de pessoa de referência dos domicílios. São

consideradas as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do IBGE para o ano de 2023 e a estimação de modelos de regressão *logit*.

A fome, que representa a forma mais grave de insegurança alimentar, é o segundo Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, estabelecido pela Organização das Nações Unidas, em 2015 (Nações Unidas, 2020). A insegurança alimentar tem custos altos para as famílias e para os países. A alimentação inadequada aumenta a vulnerabilidade dos indivíduos a doenças e parasitas, reduz a força, o vigor e a vitalidade, além de prejudicar os benefícios da escolaridade. Em decorrência do baixo capital humano, a produtividade e a produção reduzem, afetando a renda e dificultando a saída da condição de pobreza para famílias e nações (Reutlinger, 2015).

Além desta introdução e das considerações finais, este trabalho está subdividido em mais três seções. A seguir, é apresentada a abordagem metodológica, que discute a fonte dos dados e o método *logit* utilizado neste estudo. A seção três se dedica à análise descritiva das informações utilizadas, tanto relacionadas à insegurança alimentar, quanto aos seus determinantes. Na seção quatro, as estimativas das regressões são apresentadas e seus resultados discutidos.

2. Metodologia

2.1. Fonte de dados

Neste trabalho, são utilizadas as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2023, que investigou a segurança alimentar no país. Na pesquisa, foi utilizada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), considerando os eventos ocorridos no domicílio nos três meses anteriores à pesquisa.

Na PNADC, os domicílios são classificados em quatro graus de segurança ou insegurança alimentar. Inicialmente, o domicílio pode estar em segurança alimentar, quando os moradores têm acesso pleno aos alimentos, tanto em quantidade, quanto em qualidade. A insegurança alimentar leve surge quando há uma preocupação com a disponibilidade futura de alimentos, observa-se algum comprometimento com a qualidade dos alimentos e os moradores já adotam estratégias para manter o suprimento mínimo de alimentos no domicílio. Quando os moradores, especialmente os adultos, começam a conviver com restrição na quantidade de alimentos, se tem a insegurança alimentar moderada. Por fim, no caso da insegurança grave, tanto os membros adultos, quanto as crianças, quando estão presentes, sofrem restrição severa de alimentos até a fome, que corresponde à situação mais extrema.

Por sua vez, variáveis ou fatores associados à insegurança alimentar são também obtidos a partir da PNADC relacionados às características do responsável pelo domicílio, pessoais e produtivas do domicílio, sua composição e localização. Assim, inicialmente, a população estimada continha 78.321.920 domicílios e 216.122.975 pessoas e, após as exclusões necessárias das observações sem alguma das variáveis incluídas na pesquisa, totalizou 76.461.705 domicílios e 212.600.186 pessoas.

2.2. Método

A estratégia empírica para se analisar a segurança alimentar nos domicílios brasileiros busca estimar as chances de insegurança alimentar a partir de regressões *logit*. Este modelo de regressão foi estimado considerando a insegurança alimentar representada por uma variável binária (Y) com valor igual a um, se o domicílio estivesse em situação de insegurança alimentar moderada ou grave, e zero em caso contrário. Conforme Greene (2018), tem-se:

$$\begin{aligned} \text{Prob}(Y = 1|\mathbf{x}) &= F(\mathbf{x}, \beta) \quad \text{e} \\ \text{Prob}(Y = 0|\mathbf{x}) &= 1 - F(\mathbf{x}, \beta) \end{aligned} \quad (1)$$

O conjunto de parâmetros θ reflete o impacto das variáveis de controle ($\mathbf{x}$) nas chances de insegurança alimentar. Considerando uma regressão linear,

$$F(\mathbf{x}, \beta) = \mathbf{x}'\beta \quad (2)$$

Como $E[Y|\mathbf{x}] = F(\mathbf{x}, \beta)$, obtém-se o modelo de regressão,

$$Y = E[Y|\mathbf{x}] + (Y - E[Y|\mathbf{x}]) = \mathbf{x}'\beta + \varepsilon \quad (3)$$

No caso do modelo *logit*, tem-se que a distribuição logística, que é definida por:

$$\text{Prob}(Y = 1|\mathbf{x}) = \frac{e^{\mathbf{x}'\beta}}{1 + e^{\mathbf{x}'\beta}} = \Lambda(\mathbf{x}'\beta) \quad (4)$$

Neste trabalho, é utilizada uma interpretação comum na literatura dos efeitos marginais, em que são apresentados em termos das razões de chances (*odds ratio*). Conforme Cameron e Trivedi (2005), tem-se que as chances de insegurança alimentar é representada por:

$$p = \frac{e^{\mathbf{x}'\beta}}{1 + e^{\mathbf{x}'\beta}}$$

E a razão de chances é

$$\frac{p}{1 - p} = e^{\mathbf{x}'\beta}$$

Ou ainda

$$\ln\left(\frac{p}{1-p}\right) = \mathbf{x}'\beta$$

Assim, $p/(1 - p)$ mensura a chance de estar em situação de insegurança alimentar ($Y = 1$) em relação à chance de estar em situação de segurança alimentar ($Y = 0$) e é chamada de razão de chance ou risco relativo.

Considerando a literatura sobre o tema, na matriz $\mathbf{x}$, com as variáveis de controle, estão incluídos tanto fatores associados às características dos responsáveis pelos domicílios, quanto as características dos domicílios. Inicialmente, foi incluído o logaritmo neperiano da renda domiciliar per capita (*renda domiciliar per capita em ln*), buscando captar o impacto dos recursos monetários no domicílio para a insegurança alimentar.

No primeiro grupo, está uma variável binária para o sexo (*sexo*), com valor igual a um, se o responsável é homem, e zero quando é mulher. Outra variável binária (*branca*) que representa a cor ou raça do responsável, igual a um quando o responsável, tem cor ou raça branca ou amarela, e zero quando tem cor ou raça igual a preta, parda ou indígena. Para representar a idade do responsável, foram incluídas três variáveis binárias, com valor igual a um para as faixas etárias de 30 até 49 anos (*faixa 30-49*), de 50 até 64 anos (*faixa 50-64*) e de 65 anos ou mais (*faixa 65 ou mais*), ficando como categoria de referência aqueles com 29 anos ou menos.

Para o nível de escolaridade, são incluídas quatro variáveis binárias, com valor igual a um para aqueles com nível fundamental completo ou médio incompleto (*fund. completo ou médio incompleto*), nível médio completo (*médio completo*), nível superior incompleto

(*superior incompleto*) e nível superior completo ou mais (*superior completo*), em que aqueles com nível fundamental incompleto ou menos são a categoria de referência. Para identificar a posição na ocupação, são incluídas seis variáveis binárias, em que os empregados com carteira de trabalho são a categoria de referência. Assim, foram incluídas variáveis binárias para as categorias empregado sem carteira de trabalho (*empregado sem carteira*), militar ou servidor estatutário (*militar ou servidor estatutário*), empregado doméstico (*empregado doméstico*), empregador (*empregador*), conta própria (*conta própria*) e inativo e demais posições como o trabalhador familiar auxiliar (*inativo ou outros*).

No segundo grupo, com as características dos domicílios, foi incluída uma variável binária (*cônjuge*), com valor igual a um, quando o responsável possuía um cônjuge, e zero quando não estava presente. Outras quatro variáveis binárias foram incluídas para captar a presença de crianças com até cinco anos (*morador com até cinco anos*), de crianças ou adolescente de seis até 13 anos (*morador de seis até 13 anos*), de jovens de 14 até 17 anos (*morador de 14 até 17 anos*) e, por fim, de pessoas com 65 anos ou mais (*morador 65 ou mais*). O total de moradores do domicílio também foi incluído entre as variáveis explicativas, além da razão de dependência (*razão dependência*), dada pela razão entre a soma de moradores com até 17 anos e de 65 anos ou mais pelo número de moradores com idade de 18 até 64 anos do domicílio.

Além desses determinantes, ainda foram incluídas mais três variáveis associadas à localização espacial dos domicílios. Foi incluída uma variável binária (*urbana*) com valor igual a um se está o domicílio está em área urbana, e zero se está em área rural. Para indicar se o domicílio está em área metropolitana, foi incluída uma variável binária (*metropolitana*) com valor igual a um quando está em região metropolitana, e zero quando não está em metrópole. Por fim, para indicar em qual grande região o domicílio está localizado, foram incluídas quatro variáveis binárias para as regiões Nordeste (*nordeste*), Sudeste (*sudeste*), Sul (*sul*) e Centro-Oeste (*centro-oeste*) e Norte, que foi tomada como a categoria de referência.

Além da estimativa da regressão para o Brasil, também são obtidas estimativas para as áreas rurais e urbanas, além da segmentação para domicílios chefiados por homens e mulheres, buscando identificar diferenças de gênero entre os determinantes das chances de insegurança alimentar.

3. Análise descritiva

Na Tabela 1, podem ser observadas as médias, ou a proporção, das variáveis incluídas na pesquisa, tanto no Brasil, quanto segmentando entre domicílios urbanos e rurais e entre aqueles com pessoas de referência homens e mulheres. Inicialmente, verifica-se que a média da renda domiciliar per capita é menor naqueles domicílios em áreas rurais e com pessoas de referência do sexo feminino, já no Brasil, o valor médio é igual a R\$ 2.279,00. Nota-se que o maior diferencial é entre domicílios urbanos e rurais, enquanto, entre domicílios chefiados por homens e mulheres, a diferença, apesar de expressiva, é menor.

Destaca-se a magnitude dos domicílios chefiados por mulheres, superando os 50% no Brasil e em áreas urbanas; já nos domicílios em áreas rurais, os homens são maioria. Por sua vez, os não brancos estão na posição de pessoa de referência em 57% dos domicílios e são maioria em todos os segmentos estudados, sobretudo em áreas rurais.

A idade média ficou em torno de 48 anos, apenas um ano mais elevada nas áreas rurais, onde tem sido observado um maior envelhecimento da população, com a migração dos mais jovens para os centros urbanos. Os adultos de 30 até 49 anos são responsáveis pela maior proporção de domicílios, com cerca de 42%, seguidos pelos adultos de 50 até 64 anos, com outros 26%, já os adultos na última faixa etária são responsáveis por cerca de 19% e, por fim,

13% dos domicílios têm como responsáveis os mais jovens. Destaca-se que as mulheres possuem percentuais superiores aos homens na faixa etária mais jovem e na mais avançada, enquanto, nas duas faixas intermediárias, os homens superam as mulheres.

TABELA 1 Média ou proporção das variáveis, segundo a área e o sexo dos responsáveis pelo domicílio, Brasil, 2023

Variável	Brasil	Urbana	Rural	Homem	Mulher
<i>renda domiciliar per capita</i>	2279,0	2428,2	1193,4	2592,7	1985,7
<i>renda domiciliar per capita em ln</i>	7,3	7,3	6,7	7,4	7,1
<i>homem</i>	48,3	46,9	58,6	100,0	0,0
<i>mulher</i>	51,7	53,1	41,4	0,0	100,0
<i>branco</i>	42,9	44,1	34,0	43,6	42,2
<i>não branco</i>	57,1	55,9	66,0	56,4	57,8
<i>idade média</i>	48,4	48,2	49,3	48,2	48,5
<i>idade até 29 anos</i>	13,3	13,4	12,5	12,7	13,9
<i>idade de 30 até 49 anos</i>	42,2	42,5	40,6	43,2	41,3
<i>idade de 50 até 64 anos</i>	25,8	25,7	26,7	26,3	25,4
<i>idade de 65 ou mais</i>	18,6	18,4	20,2	17,8	19,4
<i>fundamental incompleto</i>	33,0	28,9	62,8	33,4	32,6
<i>fund. completo ou médio incompleto</i>	13,2	13,1	13,7	13,0	13,3
<i>médio completo</i>	30,2	31,8	18,5	30,0	30,5
<i>superior incompleto</i>	4,3	4,7	1,1	4,4	4,1
<i>superior completo ou mais</i>	19,3	21,5	3,8	19,2	19,5
<i>empregado com carteira</i>	21,9	23,7	8,9	28,2	16,1
<i>empregado sem carteira</i>	8,6	8,2	11,5	10,6	6,8
<i>militar ou servidor estatutário</i>	5,3	5,8	2,1	5,3	5,3
<i>empregado doméstico</i>	4,5	4,6	3,8	0,9	7,9
<i>empregador</i>	3,1	3,3	2,0	4,9	1,4
<i>conta própria</i>	17,9	17,2	23,5	24,4	11,9
<i>desocupado</i>	3,3	3,4	2,4	2,3	4,2
<i>inativo e outros</i>	0,4	0,2	1,1	0,2	0,5
<i>cônjuge</i>	57,6	56,2	67,8	68,3	47,6
<i>moradores</i>	2,8	2,8	2,9	2,7	2,8
<i>moradores com até 5 anos</i>	19,0	18,6	22,3	17,0	20,9
<i>moradores de 6 até 13 anos</i>	21,5	21,0	25,1	19,1	23,7
<i>moradores de 14 até 17 anos</i>	35,6	35,0	39,8	31,6	39,3
<i>moradores com 65 anos ou mais</i>	23,9	23,7	24,9	22,2	25,4
<i>razão de dependência</i>	0,463	0,455	0,519	0,383	0,538
<i>urbana</i>	87,9	100,0	0,0	85,4	90,3
<i>rural</i>	12,1	0,0	100,0	14,6	9,7
<i>metropolitana</i>	41,0	45,8	6,4	39,3	42,7
<i>não metropolitana</i>	59,0	54,2	93,6	60,7	57,3
<i>norte</i>	7,7	7,1	12,2	8,1	7,3
<i>nordeste</i>	26,2	23,2	48,4	24,0	28,4
<i>sudeste</i>	43,2	46,4	20,0	44,1	42,4
<i>sul</i>	14,8	14,9	14,3	15,4	14,3
<i>centro-oeste</i>	8,0	8,4	5,1	8,4	7,6

Fonte: informações da pesquisa obtidas a partir da PNADC.

A escolaridade é maior no meio urbano e entre as mulheres, mas com um diferencial menor do que entre o meio urbano e rural. Com relação à posição na ocupação, os empregados com carteira de trabalho são a categoria com maior proporção entre os responsáveis pelos domicílios, com exceção das áreas rurais em que se sobressaem os conta-próprias, que também se destacam nos demais segmentos. Aqueles empregados sem carteira de trabalho têm um percentual superior aos demais nas áreas rurais e entre os homens. No caso das mulheres, a inserção entre os ocupados com carteira ou sem carteira é menor, mas, no desemprego, é maior.

Destaca-se também os empregados domésticos, com maior percentual entre as mulheres em relação aos homens, enquanto, entre os empregadores, os homens são maioria em detrimento das mulheres. Em cerca de 8% dos domicílios cujas mulheres estão na posição de chefe, elas estão ocupadas como empregadas domésticas, o que sinaliza maiores dificuldades de inserção em postos de trabalho com maior prestígio e remuneração.

Por sua vez, quanto às características do domicílio, inicialmente se tem alguns fatores associados à composição dos moradores. A presença de cônjuge é maior nos domicílios rurais e naqueles chefiados por homens. O número médio de moradores nos domicílios situa-se próximo a três moradores em todos os segmentos. No entanto, a composição dos domicílios quanto à idade tem diferenças, quando são considerados aqueles em áreas urbanas e rurais e com responsáveis homens e mulheres.

Naqueles domicílios em áreas rurais e com responsáveis do sexo feminino, se verifica maior presença de crianças e adolescentes, bem como de pessoas com 65 anos ou mais. E, conseqüentemente, também se observa maior razão de dependência nestes dois segmentos. Portanto, estas informações revelam que aqueles domicílios com mulheres como pessoas de referência são responsáveis por uma maior parcela da população, ou seja, exercem uma maior proporção do trabalho de cuidado para a sociedade.

Os domicílios em áreas rurais representam a menor parcela e possuem uma maior proporção de responsáveis do sexo masculino. Já as áreas não metropolitanas têm a maior proporção dos domicílios, especialmente aqueles em áreas rurais, sendo que também se sobressaem entre os responsáveis, tanto homens, quanto mulheres, com cerca de 60% dos domicílios no país. Ademais, a região Sudeste tem a maior proporção dos domicílios, com exceção daqueles em áreas rurais, que estão em sua maioria no Nordeste. A região Nordeste se destaca como a segunda em proporção de domicílios, seguida pela Sul, Centro-Oeste e Norte. A região Norte fica à frente da Centro-Oeste, quando são analisados os domicílios em áreas rurais. Estas características regionais estão de acordo com o esperado, em decorrência da distribuição populacional do país.

A situação de segurança alimentar no Brasil, em áreas rurais e urbanas, considerando, além do total (T) dos domicílios nestas localidades, como também segmentando em domicílios com responsáveis homens (H) e mulheres (M), pode ser observada na Tabela 2. A proporção de domicílios em situação de segurança alimentar representa a maior categoria entre as quatro analisadas, alcançando os maiores percentuais nos domicílios em áreas urbanas e naqueles com homens como pessoas de referência. Por outro lado, nos domicílios em áreas rurais e chefiados por mulheres, estes percentuais são menores, indicando que estão em situação mais vulnerável. Já entre aqueles que estão em situação de insegurança alimentar, o nível leve tem o maior percentual, que atinge o maior percentual nos domicílios rurais com mulher como responsáveis, embora, no meio urbano, a incidência é maior quando os homens são responsáveis. Além disso, os domicílios urbanos, com o homem como responsável, têm o menor percentual de insegurança moderada e grave.

Não obstante, quando se consideram as pessoas em situação de segurança alimentar, verifica-se que o percentual reduz para os domicílios em áreas urbanas e aqueles com homens como responsáveis, em relação ao percentual dos domicílios. Assim, enquanto 77,2% dos

domicílios com homens como pessoas de referências estavam em situação de segurança alimentar, apenas 71,1% das pessoas que residiam em domicílios com homens como pessoas de referência estavam em situação de segurança alimentar, mas, no caso dos domicílios com mulheres como pessoas de referência, estes percentuais aumentaram de 68,5% para 69,9%.

Quando são analisadas as pessoas em situação de insegurança – leve e moderada –, os domicílios com responsável mulher possuem o maior percentual, em relação àqueles chefiados por homens, mas tem o menor ou igual nível de insegurança alimentar grave. No Brasil, havia uma proporção de 3,9% de pessoas em domicílios em situação de insegurança grave; naqueles com mulheres como responsáveis, este percentual era de 3,9%, e, naqueles com homens como responsáveis, era de 4,0%. A diferença fica mais expressiva no meio rural, enquanto, no urbano, atinge o mesmo patamar.

TABELA 2 Segurança alimentar e pobreza, segundo o sexo e áreas urbanas e rural, Brasil, 2023

Variável	Brasil			Urbano			Rural		
	T	H	M	T	H	M	T	H	M
Segurança alimentar									
Domicílios									
Seguro	72,7	77,2	68,5	73,7	78,5	69,4	65,6	69,3	60,4
Insegurança leve	18,2	15,3	20,8	17,7	14,6	20,4	21,9	19,6	25,2
Insegurança moderada	5,2	4,2	6,2	5,0	3,9	5,9	7,2	6,2	8,6
Insegurança grave	3,9	3,3	4,5	3,7	3,0	4,4	5,3	4,9	5,9
Pessoas									
Seguro	70,5	71,1	69,9	71,7	72,4	71,0	62,4	62,8	61,9
Insegurança leve	20,1	19,6	20,6	19,6	19,0	20,1	24,1	23,5	24,7
Insegurança moderada	5,5	5,3	5,6	5,1	4,9	5,3	7,7	7,6	7,8
Insegurança grave	3,9	4,0	3,9	3,6	3,6	3,6	5,9	6,1	5,7

Fonte: informações da pesquisa obtidas a partir da PNADC,

Assim, consequentemente, a insegurança alimentar ficou relativamente maior – leve, moderada e grave – para as pessoas em domicílios com homens como pessoas de referência. Apesar dessa redução em geral, a situação de insegurança alimentar ainda é maior nos domicílios rurais e naqueles com mulheres como responsáveis, tanto quando analisamos os domicílios, quanto seus residentes, mas há uma exceção. Esta situação ocorre quando analisamos as pessoas em situação de insegurança grave, em que, nas áreas rurais, a incidência fica maior nos domicílios com homens como pessoas de referência.

Estas evidências mostram que há mais pessoas em domicílios em situação de segurança alimentar quando a mulher está na posição de responsável, tanto em áreas rurais, quanto urbanas, do que naqueles domicílios também em situação de segurança alimentar com homens como responsáveis. De fato, estas informações estão de acordo com o maior trabalho de cuidado atribuído às mulheres, que se dedicam mais ao trabalho de reprodução do que os homens, como observado na Tabela 1, em que foi observado que, nos domicílios com responsáveis mulheres, há uma proporção maior de crianças, adolescentes, jovens e pessoas com 65 anos ou mais. Adicionalmente, é possível também afirmar que, nestes domicílios com mulheres como pessoas de referência, mesmo com maior número de pessoas, conseguem superar a situação de insegurança alimentar de forma mais eficiente do que naqueles com homens como pessoas de referência.

Por fim, na Tabela 3 é possível observar como estão distribuídos os domicílios nas regiões brasileiras, conforme as categorias de segurança alimentar. Apesar de a maior proporção de domicílios estar na região Sudeste, conforme a Tabela 1, a maior proporção dos domicílios em situação de segurança alimentar e de insegurança alimentar leve estão nesta região, mas a maior proporção daqueles com insegurança alimentar moderada e grave estão na região Nordeste. Porém, a região Sudeste fica com a segunda posição, seguida pela Norte, Sul e Centro-Oeste.

TABELA 3 Segurança alimentar nos domicílios, Brasil e regiões, 2023

Variável	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Seguro	100	6,4	22,2	46,0	17,1	8,4
Insegurança leve	100	10,1	34,7	38,4	9,6	7,2
Insegurança moderada	100	12,2	42,7	31,0	7,5	6,4
Insegurança grave	100	14,8	39,9	30,8	7,3	7,3

Fonte: informações da pesquisa obtidas a partir da PNADC.

Portanto, estas informações refletem as desigualdades regionais tradicionais do país, em que as regiões Norte e Nordeste estão em piores condições socioeconômicas do que as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Não obstante, também evidenciam que, mesmo nas regiões com maior nível de bem-estar social, ainda há uma parcela significativa da população sem as condições necessárias mínimas para prover alimentação adequada no domicílio.

4. Resultados e discussão

As estimativas para as regressões associando às chances de insegurança alimentar para o Brasil e as áreas rurais e urbanas estão na Tabela 4. Segundo a metodologia, são considerados domicílios em insegurança alimentar aqueles com nível moderado e grave. Em geral, as estimativas para a maioria dos coeficientes foram estatisticamente significativas, considerando um nível de 1%.

O coeficiente associado à variável logaritmo neperiano da renda domiciliar per capita foi menor do que um, indicando que o seu aumento reduz as chances de insegurança alimentar. Destaca-se que este coeficiente é menor nas áreas urbanas do que nas áreas rurais, ou seja, o diferencial em relação a um é maior nas áreas urbanas, que é igual a $-0,624$ ($0,374 - 1$), enquanto, para as áreas rurais, é igual a $-0,555$ ($0,445 - 1$). Este resultado pode estar relacionado ao fato de que, em áreas rurais, a alimentação pode ser obtida não necessariamente mediante trocas monetárias, mas diretamente do acesso à terra. Nota-se que este resultado está conforme a estimativa para o Brasil do coeficiente para a variável área urbana, que para os domicílios em áreas urbanas foi positivo, ou seja, em áreas urbanas, há 30% mais chance de insegurança alimentar do que nas áreas rurais, a categoria de referência.

Considerando o sexo do responsável pelo domicílio, verificam-se chances menores para os domicílios cujo responsável é homem, especialmente em domicílios rurais, o que indica que, nestas localidades, as mulheres na posição de chefes têm maiores dificuldades em proporcionar o sustento em seu domicílio.

Os responsáveis pelos domicílios de cor ou raça branca têm menores chances de insegurança alimentar, como sugere a literatura. Da mesma forma, os mais experientes, em relação aos mais jovens, indicando que os domicílios em que os responsáveis estão em uma faixa etária mais avançada, têm menores chances de insegurança alimentar. Nas faixas intermediárias, de 30 até 64 anos, as chances de insegurança alimentar são maiores, o que pode estar associado às maiores responsabilidades assumidas para a manutenção de um domicílio.

TABELA 4 Estimativas para a insegurança alimentar, Brasil e áreas urbanas e rurais, 2023

Variável	Brasil	Urbana	Rural
<i>renda domiciliar per capita em ln</i>	0,386***	0,376***	0,445***
<i>sexo</i>	0,909***	0,932***	0,787***
<i>branca</i>	0,733***	0,740***	0,709***
<i>faixa 30-49</i>	1,089***	1,069***	1,230***
<i>faixa 50-64</i>	1,179***	1,154***	1,357***
<i>faixa 65 ou mais</i>	0,942***	0,952***	0,914***
<i>fund. completo e médio incompleto</i>	0,712***	0,727***	0,653***
<i>médio completo</i>	0,550***	0,559***	0,515***
<i>superior incompleto</i>	0,475***	0,482***	0,396***
<i>superior completo</i>	0,326***	0,335***	0,267***
<i>empregado sem carteira</i>	1,182***	1,133***	1,433***
<i>militar e servidores estatutários</i>	0,682***	0,692***	0,644***
<i>empregado domésticos</i>	1,155***	1,171***	1,081***
<i>empregador</i>	0,424***	0,381***	0,749***
<i>conta própria</i>	0,982***	0,997*	0,924***
<i>desocupado</i>	1,673***	1,631***	1,983***
<i>inativo e outros</i>	1,087***	1,161***	0,939***
<i>cônjuge</i>	0,687***	0,691***	0,689***
<i>moradores</i>	0,954***	0,934***	1,035***
<i>morador até cinco anos</i>	1,199***	1,181***	1,289***
<i>morador de seis até 13 anos</i>	0,877***	0,879***	0,873***
<i>morador de 14 até 17 anos</i>	0,551***	0,555***	0,548***
<i>morador de 65 anos ou mais</i>	0,888***	0,861***	1,090***
<i>razão dependência</i>	1,033***	1,029***	1,019***
<i>urbana</i>	1,301***	-	-
<i>metropolitana</i>	1,140***	1,138***	1,219***
<i>nordeste</i>	0,706***	0,744***	0,582***
<i>sudeste</i>	0,548***	0,589***	0,374***
<i>sul</i>	0,469***	0,515***	0,281***
<i>centro-oeste</i>	0,669***	0,739***	0,327***
<i>intercepto</i>	226,460***	353,941***	85,047***
<i>Pseudo R²</i>	0,162	0,167	0,130

Fonte: informações da pesquisa obtidas a partir da PNADC. Os coeficientes estatisticamente significativos estão indicados com asteriscos, três para 1% (***), dois para 5% (**) e um para 10% (*).

Ademais, quanto maior o nível de escolaridade do responsável, menores são as chances de vulnerabilidade do domicílio. Ressalta-se que o coeficiente associado ao nível superior completo do responsável pelo domicílio é maior do que aquele estimado para o logaritmo neperiano da renda domiciliar per capita, especialmente em áreas rurais. Estes resultados apontam para o fato de que os investimentos em educação têm efeitos importantes para a insegurança alimentar.

No caso da inserção no mercado de trabalho dos responsáveis pelo domicílio, aqueles responsáveis na posição de empregado sem carteira de trabalho têm maiores chances de estarem em situação de insegurança alimentar, em relação aos empregados com carteira de trabalho, a categoria de referência. Estes resultados podem indicar que não é suficiente estar inserido no mercado de trabalho, mas que a proteção social obtida pela carteira de trabalho é fundamental para atender às necessidades básicas no domicílio.

Por sua vez, os militares e servidores estatutários, os empregadores e os conta-próprias têm chances menores de estar nesta situação, em que os valores das estimativas dos coeficientes associados a cada determinante são menores do que um, nas três estimativas. Por outro lado, quando os responsáveis estão procurando um trabalho, na condição de desocupados, a chance de estar em situação de insegurança alimentar é maior, com coeficientes estimados maiores do que um. Da mesma forma, quando os responsáveis estão inativos ou em outra condição, com exceção da estimativa para as áreas rurais, em que o coeficiente foi menor do que um.

A quantidade e a composição das pessoas que residem no domicílio também se mostraram relevantes para a insegurança alimentar domiciliar. A presença de um cônjuge contribui para reduzir a chance de insegurança alimentar, o que pode estar associado tanto à contribuição financeira para o domicílio, como também ao trabalho não remunerado de cuidados no ambiente familiar. Já o número de moradores tem um impacto negativo na insegurança alimentar no país e nos domicílios em áreas urbanas, mas positivo em áreas rurais.

Ademais, enquanto a presença de crianças de até 5 anos tem impacto positivo para a situação de insegurança alimentar, por outro lado, a presença de adolescentes de seis até 13 anos e de jovens de 14 até 17 anos contribuem para a redução da insegurança alimentar. As crianças podem representar gastos extras e um maior tempo de cuidado ou trabalho não remunerado, notadamente das mulheres. Já os adolescentes e jovens estão em idade escolar, em que a alimentação nas escolas contribui para a redução da insegurança alimentar. Por sua vez, os jovens estão em uma idade que já podem participar do mercado de trabalho, embora usualmente com rendimento mais baixos, devido à ausência de experiência e o menor tempo semanal de trabalho, devido à conciliação entre trabalho e escola. Por fim, os moradores com 65 anos ou mais têm efeitos negativos na insegurança alimentar no país e em áreas urbanas, mas positivo em áreas rurais, embora em torno de 2%, uma vez que estes moradores podem auxiliar financeiramente o domicílio, na forma de pensão ou aposentadoria.

A razão de dependência reflete a ausência relativa de moradores em idade ativa que podem contribuir mais plenamente com o trabalho remunerado ou não remunerado no domicílio. Assim, os resultados sugerem que, quanto maior a razão de dependência, maiores as chances de insegurança alimentar.

Considerando as diferenças regionais, a estimativa para área urbana foi positiva para a insegurança alimentar, conforme já destacado. Adicionalmente, a estimativa para o coeficiente associado à região metropolitana também é similar, com os mesmos sinais, ou seja, positivo para insegurança alimentar. Por fim, quando são analisadas as regiões geográficas, se observa que as regiões brasileiras estão em melhor situação de insegurança alimentar do que a região Norte, tomada como categoria de referência, especialmente a região Sul, com estimativas negativas maiores do que as demais regiões.

Buscando evidenciar as diferenças de gênero entre os domicílios com pessoas de referências do sexo masculino e feminino, as estimativas foram realizadas novamente, segmentando entre estes dois grupos, para o Brasil e as áreas urbanas e rurais, conforme a Tabela 5. Assim, o impacto de cada determinante nas chances de insegurança alimentar indica o efeito diferencial em relação às categorias de referência, que são as mesmas nas estimativas apresentadas. Nesse sentido, é possível observar quais fatores influenciam mais em cada especificação. Na Tabela 4, já foram observadas menores chances de insegurança alimentar em domicílios chefiados por homens do que por mulheres, especialmente em domicílios rurais.

TABELA 5 Estimativas para as equações de segurança alimentar segundo o gênero da pessoa de referência do domicílio, Brasil e áreas urbanas e rurais, 2023

Variável	Brasil		Urbana		Rural	
	H	M	H	M	H	M
<i>renda domiciliar per capita em ln</i>	0,367***	0,399***	0,350***	0,391***	0,433***	0,465***
<i>branca</i>	0,712***	0,753***	0,710***	0,765***	0,746***	0,663***
<i>faixa 30-49</i>	1,090***	1,112***	1,072***	1,085***	1,196***	1,324***
<i>faixa 50-64</i>	1,196***	1,214***	1,186***	1,177***	1,303***	1,482***
<i>faixa 65 ou mais</i>	1,121***	0,918***	1,164***	0,920***	0,936***	0,909***
<i>nível médio incompleto</i>	0,728***	0,703***	0,781***	0,700***	0,560***	0,742***
<i>nível médio completo</i>	0,576***	0,540***	0,599***	0,545***	0,528***	0,512***
<i>nível superior incompleto</i>	0,450***	0,501***	0,471***	0,504***	0,246***	0,463***
<i>nível superior completo</i>	0,343***	0,321***	0,365***	0,325***	0,160***	0,307***
<i>empregado sem carteira</i>	1,278***	1,077***	1,213***	1,049***	1,492***	1,267***
<i>militar e servidores estatutários</i>	0,659***	0,702***	0,689***	0,702***	0,523***	0,713***
<i>empregado doméstico</i>	1,308***	1,147***	1,407***	1,161***	1,250***	1,001
<i>empregador</i>	0,518***	0,226***	0,488***	0,178***	0,727***	0,965**
<i>conta própria</i>	1,005***	0,975***	1,022***	0,974***	0,942***	0,946***
<i>desocupado</i>	1,537***	1,759***	1,473***	1,711***	1,763***	2,192***
<i>inativo e outros</i>	1,503***	0,936***	1,724***	0,936***	1,029***	0,901***
<i>cônjuge</i>	0,640***	0,722***	0,638***	0,733***	0,710	0,679***
<i>moradores</i>	0,931***	0,972***	0,894***	0,960***	1,028***	1,043***
<i>morador até cinco anos</i>	1,273***	1,164***	1,456***	1,096***	0,963***	1,732***
<i>morador de 6 até 13 anos</i>	0,837***	0,896***	0,748***	0,924***	1,059***	0,716***
<i>morador de 14 até 17 anos</i>	0,538***	0,571***	0,546***	0,572***	0,531***	0,585***
<i>morador de 65 anos ou mais</i>	0,836***	0,901***	0,771***	0,890***	1,276***	0,969***
<i>razão dependência</i>	1,010***	1,045***	1,014***	1,045***	0,979***	1,021***
<i>urbana</i>	1,369***	1,236***	-	-	-	-
<i>metropolitana</i>	1,234***	1,083***	1,232***	1,082***	1,221***	1,187***
<i>nordeste</i>	0,716***	0,694***	0,757***	0,736***	0,626***	0,529***
<i>sudeste</i>	0,538***	0,553***	0,601***	0,583***	0,328***	0,432***
<i>sul</i>	0,502***	0,445***	0,584***	0,473***	0,262***	0,300***
<i>centro-oeste</i>	0,671***	0,666***	0,778***	0,714***	0,305***	0,355***
<i>intercepto</i>	293,3***	177,1***	563,9***	252,2***	80,5***	59,8***
Pseudo R ²	0,166	0,154	0,169	0,158	0,141	0,116

Fonte: informações da pesquisa obtidas a partir da PNADC.

Entre os fatores que mais contribuem para as menores chances de insegurança alimentar em domicílios com homens como pessoas de referência, está o rendimento domiciliar per capita, que se mantém negativo para a insegurança alimentar e menor nos domicílios em áreas rurais. É possível observar que este efeito é maior naqueles domicílios cuja pessoa de referência é o homem.

Em geral, os determinantes que contribuem para a redução das chances de insegurança alimentar são ser de cor ou raça branca, mais anos de escolaridade, estar ocupado com setor público como militar ou servidor, ter cônjuge, mais moradores, especialmente adolescentes, jovens e com 65 anos ou mais, além de não residir em regiões tradicionalmente menos desenvolvidas, como Norte e Nordeste.

No caso das mulheres, ainda se destacam como fatores que contribuem para a queda da insegurança alimentar a idade, de 65 anos ou mais, ser conta própria e estar na condição inativa ou outros, o que inclui ser pensionista ou aposentada, tantos nos domicílios urbanos, quanto rurais. No caso dos homens, este efeito negativo ocorre apenas nos domicílios rurais e para os dois primeiros determinantes.

Pode-se ressaltar o efeito negativo maior da escolaridade para as mulheres, especialmente o nível superior completo, quando residem em domicílios urbanos, o que pode ser explicado pelas melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Nesse sentido, pode-se observar que a estimativa para a variável área urbana, no caso do Brasil, indica que, para os homens, as chances de insegurança aumentam em 37% e, para as mulheres, em 24%. Este resultado pode estar associado também às estimativas, no caso do Brasil, para o impacto de residir em região metropolitana nas chances de insegurança que é positiva, mas menor para elas (8%) do que para eles (23%), reforçando as evidências observadas de menor vulnerabilidade nestas regiões.

Outro resultado que merece ser destacado é a composição de moradores, tais como a presença de cônjuge, o número de moradores e a presença de adolescentes, jovens e pessoas com 65 anos ou mais que contribuem para reduzir as chances de insegurança alimentar mais em domicílios urbanos com homens como pessoas de referência. Nos domicílios rurais, estes efeitos continuam negativos apenas no caso das mulheres como responsáveis pelo domicílio, mas, no caso dos homens, este efeito se mantém apenas para o número de moradores e a presença de jovens. Já a presença de crianças de até cinco anos tem o efeito positivo para as chances de insegurança alimentar, com exceção para os homens no meio rural. Ademais, a razão de dependência tem efeitos positivos para a insegurança alimentar, sobretudo no caso das mulheres, tanto em domicílios urbanos (5%), quanto rurais (2%).

Assim, destaca-se que a presença de crianças com até cinco anos e a razão de dependência contribuem para reduzir as chances de insegurança alimentar para os domicílios com homens como pessoas de referência, mas ocorre o inverso quando as mulheres estão nesta posição. Estes resultados podem estar associados ao tradicional papel das mulheres nos domicílios, com uma dupla jornada de trabalho, o que impacta na obtenção de um trabalho com melhor remuneração e, por sua vez, na capacidade de garantir o bem-estar básico no domicílio. Além disso, evidenciam a importância delas para o trabalho de cuidado no domicílio, ainda pouco valorizado.

Já nos fatores associados ao acesso ao mercado de trabalho, também se destacam alguns efeitos distintos. Para domicílios chefiados por eles, ser militar ou servidor estatutário e empregado reduz mais as chances de insegurança alimentar do que ser um empregado com carteira de trabalho, a categoria de referência. Ademais, ser conta própria tem esse mesmo efeito, mas apenas no meio rural. Por outro lado, para elas, ser militar ou servidor estatutário, empregadora, conta própria e estar inativa ou nas demais posições tem esse impacto negativo

para as chances de insegurança alimentar. Por fim, estar no desemprego tem um efeito positivo maior na insegurança alimentar para elas do que para eles, especialmente no meio rural.

Com relação às características regionais, em relação à região Norte, nos domicílios urbanos, as chances de insegurança alimentar são menores quando as mulheres estão na posição de responsáveis do que no caso dos homens. Por outro lado, nos domicílios rurais, o efeito é mais negativo e mais intenso para os homens, com exceção da região Nordeste. Além disso, destaca-se o meio rural da região Sul, tanto para homens, quanto para mulheres, como a localidade com as menores chances de insegurança alimentar do país.

Portanto, as evidências apresentadas apontam maiores chances de insegurança alimentar no meio urbano e nos domicílios com mulheres na posição de pessoa de referência. No meio rural, os domicílios com elas no comando têm mais chances de insegurança alimentar, mas a presença de um cônjuge contribui mais para reduzir esse risco do que para eles. Assim, os resultados indicam que o maior trabalho de cuidado delas contribui para explicar suas maiores chances de insegurança alimentar. Estes resultados sobre a composição dos moradores estão de acordo com a literatura, que tem abordado as diferenças de gênero no domicílio, como a alocação do tempo entre trabalho remunerado e não remunerado, que privilegia os homens no trabalho fora do domicílio (Braga; Costa, 2022).

O investimento em educação constitui outro importante determinante que contribui para reduzir as chances de insegurança alimentar, sobretudo no meio urbano e para os domicílios chefiados por elas. Conforme a literatura, níveis educacionais mais elevados podem reduzir a vulnerabilidade de renda e as restrições alimentares no domicílio (Tavares; Lima, 2021). Ademais, a inserção no mercado de trabalho em postos de trabalho como empregado sem carteira de trabalho se mostrou insuficiente para reduzir a insegurança alimentar em relação àqueles com proteção social.

Por sua vez, o rendimento domiciliar per capita está entre os principais determinantes da insegurança alimentar, como observado na literatura (Hoffmann, 2008, Hoffmann, 2013; Silva et al., 2019). Dessa forma, o que restringe o acesso ao alimento em quantidade e qualidade adequados não seria sua produção e oferta, mas, sim, a privação de recursos monetários no domicílio, que, como apontam as evidências apresentadas, afeta mais aqueles domicílios chefiados por mulheres do que por homens.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar os fatores associados à insegurança alimentar no Brasil e nas áreas rurais e urbanas, buscando identificar as desigualdades de gênero nos domicílios a partir de informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE de 2023 e da estimação de regressões *logit*.

Os resultados mostram que, apesar da proporção de domicílios com segurança alimentar no meio urbano ser maior, as chances de insegurança alimentar são menores no meio rural, o que reflete o maior acesso a alimentos sem a necessidade de trocas monetárias, indicando que o acesso à terra de famílias mais pobres contribui para reduzir a insegurança alimentar. Nesse sentido, o rendimento domiciliar per capita constitui um dos mais importantes determinantes da insegurança alimentar, indicando que a ausência de recursos monetários é fundamental para aquisição de alimentação em quantidade e qualidade suficientes.

Os domicílios com mulheres como responsáveis sofrem mais com a insegurança alimentar, pois chefiam domicílios com maior número de moradores, especialmente crianças, adolescentes, jovens e pessoas com 65 anos ou mais, com uma razão de dependência maior do que os homens. Adicionalmente, as mulheres responsáveis pelos domicílios estão com uma

menor inserção no mercado de trabalho e se destacam em posição com menor remuneração, como de empregada doméstica, ou com uma proporção maior no desemprego.

Por outro lado, a escolaridade, em especial de nível superior, tem efeito maior para elas na redução das chances de insegurança alimentar, sobretudo no meio urbano. Logo, as estimativas sugerem que residir em áreas urbanas e metropolitanas favorecem mais a elas, o que pode ser justificado pelas maiores oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

Assim, as evidências apresentadas apontam desigualdade de gênero expressivas na incidência de insegurança alimentar, o que sugere a ampliação de políticas públicas voltadas à sua redução, notadamente no meio rural, buscando a promoção de maior equidade socioeconômica no país.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. O.; FROZI, D. S. Direito humano à alimentação adequada: um olhar para a pobreza extrema e a desnutrição infantil a partir da obra de Amartya Sen. *Saúde e Sociedade*. São Paulo, v. 32, supl. 1, e220923pt, 2023. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902023220923pt>

BRAGA, C. A. S.; COSTA, L. V. Time use and food insecurity in female-headed households in Brasil. *Revista Brasileira de Estudos da População*, v. 39, p. 1-23, e0200, 2022. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0200>

CAO, T. M.; NGUYET, T. A.; THACH, S. R. K. Does escaping the multidimensional poverty line improve family food security? Evidence from rural Vietnam. *Agriculture & Food Security*. p.1-11, 2024. <https://doi.org/10.1186/s40066-024-00502-3>

SILVA, J. Y. K. ; CUNHA, M. S. ; COSTA, C. K. F. Evolução e determinantes da insegurança alimentar nos domicílios rurais e urbanos brasileiros no período de 2004-2013. *Revista de economia agrícola*, v. 66, p. 2-18, 2019.

GREENE, W.H. *Econometric Analysis*. New York: Pearson, 8ª edition, 2018.

HOFFMANN, R. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. *Estudos avançados*, v.9, n. 24, p. 159-172, 1995.

HOFFMANN, R. Determinantes da insegurança alimentar no Brasil: análise dos dados da PNAD de 2004. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 15, n. 1, p. 49-61, 2008.

HOFFMANN, R. Determinantes da insegurança alimentar no Brasil em 2004 e 2009. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 20, n. 2, p. 219-235, 2013.

HOFFMANN, R.; KAGEYAMA, A. Pobreza, insegurança alimentar e pluriatividade no Brasil. *Teoria e Evidência Econômica*, Passo Fundo, v. 14, n. 29, p. 9-35, 2007.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*: segurança alimentar 2023. Rio de Janeiro, 26p. 2024.

JESUS, J. G., HOFFMANN, R.; MIRANDA, S. H. G. Insegurança alimentar, pobreza e distribuição de renda no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 62, n. 4, e281936, 2024. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2023.281936>

MAHADEVAN, R.; HOANG, V. Is There a Link Between Poverty and Food Security? *Social Indicators Research*. DOI 10.1007/s11205-015-1025-3

MATTOS, E. J.; BIANCHI, L.; TOIGO, C. H. Avaliando a insegurança alimentar no Brasil: a questão dos efeitos não simétricos. *Nova Economia*, V. 30, N. 3, p. 969-998, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6351/5239>

NAÇÕES UNIDAS. *Transformando o nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Nações Unidas: Brasil, 49p. 2020.

PÉREZ-ESCAMILLA, R.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Indicadores e medidas de insegurança alimentar. *Revista de Nutrição*, Campinas, 21 (Suplemento): 15s-26s, jul/ago., 2008.

PIÑEROS L, L. A.; CLAVIJO A.; A. Within the subjective poverty, the multidimensional poverty and food security: a glance at living conditions of Colombian households. National Administrative Department of Statistics (DANE). *Working paper*, 27, Nov., 2013.

REUTLINGER, S. Food security and poverty in LDCs. *Finance & Development*, 11p, Dec., 1985, p. 1-21, 2015. DOI 10.1007/s11205-015-1025-3

SEGALL-CORRÊA, A. M. *et al.* Transferência de renda e segurança alimentar no Brasil: análise dos dados nacionais. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 21, p. 39s-51s, jul./ago, 2008.

TAVARES, L. H. S.; LIMA, A. C. Segurança alimentar, composição domiciliar e pobreza no Brasil: um estudo a partir dos microdados da PNAD para o período 2004-2013. *Planejamento e políticas públicas*. n. 58, p. 101-144, abr.-jun. 2021.

TRIVELLATO, P. T. *et al.*; Insegurança alimentar e nutricional em famílias do meio rural brasileiro: revisão sistemática. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 3, p. 865-874, 2019. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018243.05352017>.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. 2024. *The State of Food Security and Nutrition in the World*. Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms. Rome, FAO. 253p. 2024. <https://doi.org/10.4060/cb4474en>